



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680671 - SP (2021/0222076-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : FELIPE QUEIROZ GOMES  
**ADVOGADO** : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FERNANDO AUGUSTO SANTIAGO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO AUGUSTO SANTIAGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2141528-56.2021.8.26.0000).

O paciente, na qualidade de reeducando, teve indeferido - pela Vara de Execução Criminais da localidade - seu pedido de remição de pena pelo estudo (fls. 46-48). Impetrado *habeas corpus*, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não conheceu do writ, em razão da inadequação da via eleita.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, pois "em razão da falta de vaga de estudo e trabalho na Unidade Prisional, o paciente, achou por bem aproveitar seu tempo de encarceramento para estudar e se qualificar profissionalmente" (e-STJ fl. 5), motivo qual deve o aludido lapso ser utilizado para fins de remição da pena cumprida, nos termos do art. 126, § 1º, inc. I, § 2º e § 5º da Lei 7.210/84.

Destaca que a ótima conduta carcerária do paciente foi atestada pelo diretor da unidade prisional (e-STJ fl. 6).

Acrescenta que os certificados de conclusão dos cursos foram emitidos por instituição credenciada à Secretaria de Educação, tendo a unidade prisional ciência da prática de estudo "por meio do setor de fiscalização das correspondências que o material é recebido e dirigido para reeducando" (e-STJ fl. 8).

Requer, liminarmente, a remição da pena, em razão da realização de cursos profissionalizante à distância. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

Solicitadas informações ao Juízo de primeira instância, foram prestadas às fls. 56-69.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura das informações prestadas pelo Juízo de primeira instância verifica-se que foram declinados os fundamentos para a remição da pena, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 58):

*Quanto ao objeto do presente writ informo que indeferi o pedido de remição por estudo, visto que os documentos apresentados não preenchem os requisitos necessários à concessão do benefício, sobretudo aquele previsto no § 2º do supracitado*

*dispositivo legal, tendo em vista que demonstra que as citadas atividades de estudo deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados, bem como devidamente autorizada ou conveniada com o Poder Público.*

*E, no caso dos autos, a Unidade Prisional informou que não tem controle de frequência e de realização de provas, visto que o curso é enviado pelos Correios, e que não há convênio entre a Secretaria de Administração Penitenciária e a instituição expedidora do documento.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência